029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL 03DEZ2020

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao diretor legislativo que proceda a chamada nominal para entrarmos diretamente na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Trinta Vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (14h50min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Pergunto se existe algum requerimento formulado à Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos um requerimento assinado por diversos vereadores.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): V. Exa. pode informar o teor desse requerimento, pelo menos, a sua ementa?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores, solicitando a retirada do PLL nº 137/20 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É exatamente o projeto que está na Ordem do Dia, conforme havia sido anunciado.
Em votação o requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores. (Pausa.)
O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLÀUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, uma boa tarde, uma boa tarde a todos os membros desta Casa; hoje, na parte da manhã, nós, a pedido do Oliboni e de outros vereadores, fizemos uma reunião com o futuro prefeito de Porto Alegre, o prefeito eleito, o Melo, e lá se discutiu muito a questão do IMESF, se ouviram todas as ponderações, falaram a Ver.ª Cláudia, o Oliboni e o Robaina. O prefeito falou por 15 minutos, e, no final, se viu que é um projeto que está na Casa, é um projeto que tem alegações de inconstitucionalidade, um projeto que não chegará a tempo para o Executivo, para o atual prefeito, tomar uma decisão, se promulga, ou se veta. Ficará para o futuro prefeito de Porto Alegre, que, no momento ali, chamou representantes da procuradoria da Fazenda, encaminhou para fazer um estudo, pedindo documentos e estudos do atual governo. Ele se comprometeu de sentar, assim que iniciar o governo – disse que não poderia ser dia 1º nem dia 2, mas lá pelo dia 4 ou 5 –, e está criando um grupo de trabalho para discutir a questão do IMESF, está criando um grupo de transição para discutir essa questão. Então nós vimos por bem, dialogando com outros membros da Casa, eu cheguei até a falar para o Ver. Oliboni, eu, que sou uma das pessoas que assinaram esse projeto, de retirarmos de pauta e deixarmos para discutir na próxima Legislatura, se houver necessidade de discutir. O prefeito disse ainda que não caberia a nós, à Câmara, fazer esse projeto, entendimento que vários têm, mas poderia haver um diálogo e uma construção. Com o intuito de haver esse diálogo, de haver essa construção, nós encaminhamos o requerimento para retirar esse projeto de votação, retirar esse projeto da pauta e permitir que esse diálogo, permitir que essa conversa, que há muito tempo esta Casa não tem com o Executivo, seja aberta, e a gente possa encontrar um entendimento na questão do IMESF, o Executivo e o Legislativo, sem haver um atropelo, sem haver necessidade de ações de inconstitucionalidade, haver necessidade de veto. O prefeito abre um diálogo com a Câmara de Vereadores, nós achamos isso importantíssimo e necessário para a cidade, que é o que a cidade procurava, que é o que a cidade almeja, um diálogo entre todas as partes. Seria esse o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, eu encaminho contrariamente ao requerimento. Sou também autor do projeto de lei e vou colocar as razões da minha contrariedade. Nós tínhamos uma grande expectativa com a vinda do prefeito eleito Sebastiao Melo à Câmara de Vereadores, na medida em que ele sinalizava para alguns vereadores a possiblidade de encontrar uma saída a partir da reunião de hoje pela manhã, mas ficou muito inseguro o encaminhamento dado pelo prefeito eleito, com todo o respeito e amizade que tenho por ele, na medida em que ele disse que não ligaria para o prefeito atual pedindo para não demitir os atuais trabalhadores. Nesse sentido, agora, a partir do dia 4, muitos dos trabalhadores poderão ser demitidos. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto: o prefeito propôs algumas indagações e, em cima delas, sugeriu um GT, um grupo de trabalho, uma comissão para ele ter os dados para saber se é mais barato manter o sistema pelo IMESF, por um formato semelhante, ou pela terceirização feita pelo atual prefeito Nelson Marchezan. Nós sabemos que é claro, preciso, que se ele pensa ou não sabe se é mais barato, eu diria que é mais barato e quem tem uma enorme diferença o atendimento, a qualificação, a manutenção do Sistema Único de Saúde. Nós não podemos admitir que no futuro governo se continue tendo aquela não só indagação, não só preocupação, mas a suspeição de que, na verdade, tem que se manter algo mais barato. Nós temos que ter qualidade, acesso para o cidadão e a cidadã, acesso para todos aqueles que buscam lá no posto de saúde o atendimento. Creio que a ideia de criar uma comissão, de poder ter em tempo hábil para o seu governo maiores informações de um sistema que funcione, de uma entidade que seja legal, não pode descaracterizar o projeto de lei que ora tem pareceres aqui na comissão, aprovado pelas comissões permanentes na sua legitimidade e constitucionalidade. Nós não estamos criando cargos, nós estamos garantindo que esses cargos passem a ser cargos em extinção, porque já foram criados, e que, inclusive, já estão no orçamento do Município, que é mantido pelo governo federal,

95% do sistema. Nada pessoal, muito mais político. Acho que, claro, meus colegas vereadores têm toda a legitimidade do requerimento; em perdendo, a gente acata o requerimento, vamos torcer para que essa comissão busque uma alternativa. Portanto, pela pressão, pela sugestão, pelo pedido dos trabalhadores e pelo esforço, nobre Presidente, de vossa excelência, em dando a possibilidade desta extraordinária é que eu me obrigo a acatar a decisão dos trabalhadores, de votarmos o projeto de lei. Claro que não é o futuro governo que vai decidir sobre este projeto, mas sim o atual governo. Sabemos da posição do atual governo, vai vetar o projeto, vai voltar para a Câmara, se assim aprovado na Câmara, e por isso é, na verdade, uma alternativa que nós estamos oferecendo para garantir esses empregos e que o futuro governo escute, e, se necessário, mande para a Câmara um outro projeto de lei buscando uma alternativa viável, não só da qualificação, da ampliação da atenção básica, mas, principalmente, da manutenção dos empregos. Esse é o meu relato, a minha posição, com todo respeito que tenho pelos colegas vereadores.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado, Presidente Reginaldo Pujol. Eu queria aqui, em relação ao requerimento, tratar essa proposta do Ver. Oliboni e de outros colegas sob dois aspectos. Primeiro, dizer que a nossa Procuradoria da Câmara Municipal apontou a inconstitucionalidade pelo vício de iniciativa, porque o entendimento é que sim, o projeto cria cargos. E aí nós caímos na primeira grande dificuldade: o problema gerado no IMESF é justamente pela arguição de inconstitucionalidade da lei de criação do IMESF, tendo em vista que não havia, até então, o entendimento de que, na área da saúde, poderia ser gerida por fundações públicas de direito privado. Então isso é que chegou no STF e teve um desfecho pela sua inconstitucionalidade. De outra monta, é também verdade que nós estamos com a pauta da Casa trancada pelos regimes de urgência, art. 95 da Lei Orgânica, por 19 projetos apresentados pelo Executivo municipal, e, se fosse possível, entre aspas,

a burla do trancamento da pauta pelo regime de urgência por sessão extraordinária, não haveria trancamento da pauta, e a Lei Orgânica assim seria, a todo momento, descumprida. Então, por esses motivos, somos signatários do requerimento para que se retire de tramitação essa matéria, até porque, com todo respeito ao Ver. Oliboni, que está capitaneando a iniciativa, e sei da sua boa intenção de querer propor uma solução, nos parece que esse formato não vai gerar uma solução possível de ser aceita que não tenha contestação também de forma judicial.

Então o encaminhamento da bancada do PTB é pela aprovação do requerimento, pela retirada de tramitação desse projeto que está priorizado nesta tarde nesta sessão. Obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu ilustre amigo, Presidente Pujol, senhoras e senhores vereadores, eu me posiciono um pouco diferente da posição trazida por último, pelo Ver. Cassio Trogildo. Nós estamos diante de um problema para o qual tem de haver uma solução rápida pelo Executivo, mas também ontem ouvi, do Ver. Robaina que, na verdade, com seu ingresso na justiça, teríamos mais tempo – até pela distância que estamos, eu não acompanhei. Eu acredito que nós, enquanto Câmara, devemos aprovar o projeto do amigo Ver. Aldacir Oliboni, porque, na verdade, estamos numa transição de governo: temos o governo atual e, daqui a bem poucos dias, teremos o novo governo do prefeito eleito Melo. As posições apresentadas pelo prefeito Marchezan e a posição que expressa o futuro prefeito Melo, essencialmente a do Melo, elas são bastantes duvidosas, no sentido de que ele ainda não tem uma posição favorável ou contra o processo.

Mesmo caso, na possibilidade de uma arguição de inconstitucionalidade da iniciativa, nós, em aprovando o projeto, sinalizamos ao Executivo o nosso olhar sobre a questão, ou seja, o olhar da Câmara de não desemprego, o olhar de manutenção de vagas de cargos que aí

estão. E o futuro governo e o atual governo, se vetarem, nós teremos uma nova composição do Parlamento, e a essa nova composição de parlamentares caberá a palavra final. Portanto, eu acompanho a posição do Oliboni: votamos o projeto, aprovamos o projeto e depois teremos uma segunda instância para análise final. Portanto, o meu voto é contra o requerimento e a favor do projeto. Um abraço a todos e obrigado.
(Não revisado pelo orador.)
PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente Pujol. Eu queria subscrever integralmente o raciocínio do Ver. Airto Ferronato, ponto um.
Ponto dois, informar que eu tenho uma ação judicial contra o prefeito Marchezan para que não possa ser efetuada nenhuma demissão antes do término do período eleitoral que legalmente só se conclui na posse do novo governo. Isso por conta de uma ameaça que existe, que paira sobre os servidores do IMESF, de demissão no mês de dezembro, o que, do meu ponto de vista, se constitui em algo ilegal, em abuso de poder. Essa ação está correndo na Justiça Eleitoral.
Ponto três, eu creio que, a partir da eleição, a responsabilidade política sobre a solução para a questão do IMESF passa a ser do prefeito eleito. É lógico que o prefeito eleito não tem o poder formal, mas já tem um poder político, lhe conferido pelas urnas, que permite que ele, a partir da sua intervenção política, incida na realidade e possa influenciar as decisões inclusive do atual governo. O prefeito Melo, na reunião que teve conosco hoje, se absteve de fazer qualquer demanda formal, explícita para o prefeito Marchezan em relação a esse tema do IMESF. Por outro lado, e muito positivo nesse caso, ele indicou um caminho de uma comissão para discutir o assunto. Eu vou acompanhar o Ver. Aldacir Oliboni pelo raciocínio levado adiante pelo vereador do PSB, porque é uma indicação de intenção da Câmara de Vereadores. Mas o que me chama a atenção e que eu acho que é importante é que nós já estamos numa composição, acho que temos que fazer a leitura política da

Câmara, a maioria da Câmara, tanto a atual quanto a que foi eleita, é parte de uma política de sustentação do futuro prefeito.

Então, eu, na verdade, estou fazendo um apelo para que o conjunto dos vereadores, assim como disse o Ver. Clàudio Janta, como falou o Ver. Cassio Trogildo, busquem uma política que trate de realmente preservar o serviço público. Agora é o momento decisivo para que a gente possa aferir essa hipótese de trabalho do novo governo, por mais que eu tenha uma posição diferente e tenha uma linha oposicionista porque tive outra candidata, eu creio que é importante a gente buscar o diálogo e eu vou sempre reconhecer qualquer passo que seja dado no sentido de defesa do serviço público, especialmente à saúde, especialmente no momento de pandemia. Portanto, a responsabilidade atual já é do novo governo, espero que a negociação exista para que nós não tenhamos uma continuidade do projeto do prefeito Marchezan, porque a privatização, a destituição do IMESF, a demissão é um projeto que já foi derrotado na eleição de acabamos de ter. Então eu espero que o projeto não siga e a reunião de hoje foi no sentido de apostar numa via de negociação para que, de fato, não tenhamos uma oportunidade da política do Marchezan, apesar da sua derrota eleitoral. Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outrosvereadores.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, que dirige nossos trabalhos. Eu quero aqui relembrar um tema muito semelhante a este, que, no ano passado, às vésperas do Natal, entramos madrugada adentro debatendo, que era demissão ou não dos cobradores. Naquele momento fiz uma fala e a reproduzo aqui para os trabalhadores do IMESF. Bom, nós não encontrarmos uma solução na véspera de Natal para em torno de 1.800 trabalhadores e trabalhadoras da saúde, deixando numa insegurança de que possam ser demitidos num período de pandemia em que estes trabalhadores da saúde são os que garantem segurança à comunidade, em que estes

mesmos trabalhadores certamente não encontrarão trabalho, ficando desempregados no período de Natal e Ano-Novo. Então, Ver. Reginaldo Pujol, cumprimento-o por ter convocado e feito uma reunião em que estive presente, lá, antes do 1º turno, ajudando a construir esses caminhos. Também cumprimento o prefeito eleito, Melo, que sentou hoje com um conjunto de colegas. Esta conta política, esta agenda política ou esta iniciativa que estamos aqui tratando não é nenhuma sobrecarga ao novo governo ou muito menos uma decisão que deverá ser acatada na continuidade pelo novo governo, mas é uma medida paliativa e alternativa para este período de final de ano porque está apontado que, a partir de hoje ou amanhã, o atual prefeito pode demitir. E uma sinalização política da Câmara também auxilia na tomada de decisão judiciária, como foi dito pelo colega que me antecedeu, tem um processo judicial em andamento. Bom, e como também é sabido por todos nós que a nova composição do Legislativo é de ampla maioria de sustentação da base do governo. E, como o governo Melo, que será empossado a partir de 1º de janeiro, corretamente, no meu ponto de vista, hoje, já institui um grupo de trabalho para tratar deste tema, deste assunto; bom, a cidade poderá entrar, no início de janeiro, talvez com uma nova proposta, uma nova reformulação do sistema de saúde que foi amplamente debatido na campanha, e cada um tem uma tendência agora para reorganizar isso. Então, a Câmara, neste momento, não tratar do assunto ou não encarar esse assunto para este período ainda de transição, creio que é uma medida que não auxilia a cidade, e, ao mesmo tempo, não auxilia o Legislativo a ser um protagonista do trabalho. E volto a dizer aqui que este não é um tema de oposição ou situação, é um tema de encontrarmos uma medida paliativa para esse pequeno período agora de 25 dias que temos. Neste minuto restante agradeço novamente aqui ao Ver. Reginaldo Pujol que, com seus fones de ouvido e aquele cenário do pôr do sol, parece um astronauta, que tem dirigido muito bem a nossa Câmara. Então, acho que poderíamos fazer um entendimento entre nós para pilotaremos esse tema no final desta legislatura, garantindo uma tranquilidade a estes trabalhadores. Concluo dizendo que nós deveríamos aceitar tratar deste projeto e votar ele hoje. Muito obrigado, um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Presidente Pujol, colegas vereadores, estamos diante de um tema extremamente complicado para todos nós. Complicado para nós, vereadores, de decidirmos e tomarmos uma decisão sobre uma questão, um problema que não fomos nós que geramos. De um outro lado, esse é um serviço extremamente importantíssimo para a cidade de Porto Alegre, para atenção básica, que é a saúde da família, para gestão da nossa saúde, para saúde dos porto-alegrenses. E a outra questão é a questão humana, que é a questão do desemprego, ainda mais neste momento difícil, quando estamos enfrentando uma pandemia, em que vemos o número de desemprego aumentando cada vez mais na nossa cidade. Eu fiz questão de encaminhar aqui porque eu sou um vereador extremamente ligado à área da saúde, pois eu vejo a importância da saúde pública para as pessoas de Porto Alegre. Dos meus projetos, mais de 50% foram relacionados à questão da saúde. Por outro lado, eu tenho muitas relações no IMESF, muitos conhecidos, muitos amigos, que lá integram essa importante área da nossa saúde de Porto Alegre. Para que possamos resolver esse problema, não podemos criar outro problema. Por que eu digo: criar outro problema? Esse projeto, como o Ver. Cassio disse, já tem um relatório da Procuradoria da Casa dizendo que é inconstitucional, nós vamos abrir um precedente muito grande para esta Casa, através de lei de origem de vereador, criando cargos. Eu entendo quando o Ver. Oliboni diz que os cargos foram criados, há na Lei Orçamentária, é verdade, Oliboni, mas a justiça extinguiu esses cargos. Se não tivessem excluídos, não seriam restituídos; esses cargos foram extintos pela justiça e nós, vereadores, não poderíamos estar criando cargos no Executivo, isso traria um precedente extremamente perigoso.

A outra questão, para qual eu chamo mais atenção, é a insegurança jurídica aos servidores do IMESF. O que está acontecendo hoje com essa relação jurídica, política, só tem um grupo que é penalizado psicologicamente, que são os servidores do IMESF. Se nós aprovarmos um projeto como esse, traríamos uma insegurança jurídica muito grande, pois

qualquer um poderia derrubar essa decisão na justiça. Criaríamos uma lei para recontratar os servidores do IMESF e, por uma fragilidade jurídica, poderia ser derrubada essa lei, e ali na frente teríamos outro problema: como ficariam essas famílias, como ficaria a questão psicológica desses servidores? Então, é com isso que temos que tomar muito cuidado. Eu adoraria votar com vocês, aprovar esse projeto, restituir esses servidores da saúde da família, repito, pelo importante serviço que eles prestam à cidade e pela questão humana dos servidores pelo momento que enfrentamos. Mas temos que tomar certos cuidados para que possamos resolver problemas jurídicos. Então, aqui fica a minha manifestação. Eu fui um dos assinantes do pedido do requerimento de retirada de pauta e acredito que tem que haver um diálogo com a nova legislatura, e que a gente possa resolver isso da melhor maneira possível para que todos tenham segurança jurídica, tanto o projeto, a lei, como para os servidores do IMESF que aqui estão.

Era isso, então, encaminho, pela bancada do DEM, pela aprovação do Requerimento e para que seja retirado de tramitação e que ali na frente tenha uma comissão que possa tratar esse assunto da forma como ele merece, com muita seriedade. Era isso, Presidente. Obrigado, colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Pujol, demais colegas vereadores, eu pretendo aqui ser bastante objetivo nas minhas colocações, não pretendo usar todo o meu tempo. Esse é um assunto que todos nós já conhecemos e vivemos o drama de centenas de trabalhadores que, em certo momento, ficaram em risco com o seu emprego, principalmente centenas e mais centenas de porto-alegrenses que poderiam ficar por algum momento sem o serviço mais importante que nós temos na cidade, que é o atendimento à saúde de centenas e centenas de porto-alegrenses que dependem do Sistema Único de Saúde. Reforço aqui todo o nosso envolvimento e a nossa disposição de poder resolver

com a maior segurança que possa garantir emprego, mas sobretudo garantir o serviço. Eu sou vereador de bom tempo na Casa, fiz parte da construção do IMESF, era a alternativa que se tinha no momento, que, infelizmente, a justiça teve um entendimento diferente daquele que nós construímos com muito esforço a várias mãos envolvidas numa solução que pudesse garantir um serviço de qualidade aqui na cidade. No entanto, quero aqui reforçar, vou votar a favor do requerimento de adiamento, no sentido de que nós temos um novo prefeito eleito. Quero ter o entendimento de que nós podemos iniciar um novo momento, um momento de diálogo, a presença do prefeito, a manifestação do prefeito eleito no sentido de criar uma comissão, de pedir um tempo necessário para construir uma alternativa já é um novo momento, e, em respeito aos colegas, inclusive colegas do partido que subscreveram o projeto, em respeito à ansiedade e à incerteza do amanhã de vários trabalhadores, e a incerteza de que nós possamos em algum momento ter algum período sem serviços é que eu quero aqui registrar o meu apoio ao requerimento no que diz respeito ao que refere, ao que garante a possibilidade de diálogo, da construção de uma alternativa. Eu acho que o prefeito Melo, nesse sentido, merece o tempo, solicitou a esta Casa, a alternativa aqui trazida pelos colegas vereadores é uma alternativa de um momento, vivemos outro momento e quero acreditar que o diálogo vai prevalecer e que nós teremos, por parte do prefeito eleito, a sensibilidade a essas questões que eu trouxe. Por isso que voto aqui pela aprovação do requerimento, que é o tempo necessário para nós construirmos uma alternativa segura, não só sob o ponto de vista jurídico, como foi citado por alguns vereadores que me antecederam, mas sob o ponto de vista dos trabalhadores, do emprego de centenas de trabalhadores, e a garantia dos serviços a centenas de porto-alegrenses que dependem do Sistema Único de Saúde e é atendido por muitos trabalhadores do IMESF. Então, voto a favor do requerimento para que nós possamos dar ao prefeito eleito o tempo de que ele precisa, porque ele aqui veio buscar de nós o respaldo necessário para encontrar uma solução. Tenho certeza de que o dialogo prevalece. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta e outros vereadores. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Vereador Cassiá Carpes (PP): No momento de transição, não há por que nós estarmos votando coisas que venham a prejudicar o outro governo que nem assumiu ainda. Então, nesse sentido, sem analisar o mérito, votei “sim” para o requerimento. Inclusive, estou nesse grupo formado, e, aí, sim, teremos uma opinião verdadeira e definitiva.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Pelos empregos e pela Saúde, votei “não”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Face à decisão da Casa com 22 votos favoráveis ao requerimento, firmado por mais de duas dezenas de vereadores, eu declaro aprovado o requerimento e evidentemente retirada da pauta a matéria objeto da convocação extraordinária da presente reunião. E sendo assim, sendo essa a única matéria a ser objeto de votação, o objetivo desta sessão extraordinária era tão somente essa matéria, entendo que a ela se esgota e me encaminho para determinar a sua conclusão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente o Ver. Engº Comassetto quer fazer uma manifestação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

Vereador Engº Comassetto (PT) (Requerimento): Obrigado, Presidente. Na verdade, é uma sugestão. Como encaminharam um requerimento a esta Casa e, devido ao que nós acabamos de aprovar, e é a posição oficial da Casa, quero apresentar um requerimento com a sua anuência, Presidente, para que esta Casa aprove um requerimento e o encaminhe ao prefeito, pedindo para que ele não realize a demissão desses funcionários neste período porque o grupo de trabalho vai apresentar, para o novo governo, uma solução. Portanto, atendendo ao mesmo que o meu colega Mendes Ribeiro apela, para a

questão humanitária, que o prefeito receba desta Casa um pedido para que não realize a demissão desses funcionários até o final do ano. Então, queria sugerir ao senhor e a todos os colegas vereadores e vereadoras que encaminhássemos esse requerimento ao prefeito municipal. Obrigado Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Caro Ver. Comassetto, o requerimento de V. Exa. surge com razoável fundamentação, mas queremos confessar a nossa dificuldade de ensejar, ao menos, tramitação, na medida em que nós convocamos uma sessão extraordinária com uma específica determinação de examinarmos uma matéria, e o requerimento, maciçamente aprovado, foi considerado inoportuno, indesejável ou retirado de pauta, em última análise.
Vereador, eu sou um homem que posso ser convencido de alguns equívocos, de alguns erros, mas, parece-me, se acolher o seu requerimento e colocá-lo em votação, implicaria numa renovação de votação que já se fez no presente momento. Entretanto, inclino-me por não o aceitar, mas submeto-me à discussão da Casa que pode, inclusive, desautorizar a minha determinação, já que o plenário é soberano em qualquer hipótese. Pessoalmente, pelas razões que já expus, entendo em não deferir o seu requerimento, cabendo, obviamente, a possibilidade, inclusive, de recurso que, no caso concreto, seria o de requerer a manifestação do plenário, se isso fosse do seu entendimento. Pelas razões que já expus, com todo o respeito ao colega, entendo de não deferir o requerimento formulado por V. Exa. e admito a possibilidade de requerer o reexame da minha decisão com a consulta ao plenário, se for o caso.
A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, colegas, eu só queria esclarecer ao Ver. Comassetto que acabei de disponibilizar, no grupo dos vereadores, através do processo SEI, conforme combinado na reunião de hoje de manhã, o requerimento solicitando ao Prefeito Nelson Marchezan que suspenda, que não realize nenhuma de demissão, para que nós possamos compor e tentar chegar a alguma solução após o dia primeiro de janeiro. Então, isso já está no grupo de vereadores, com o número do bloco para assinatura, para

os vereadores e vereadoras que queiram assinar, para que nós possamos encaminhar o requerimento ao prefeito. Muito obrigada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Evidentemente que a informação de V. Exa., de certa maneira, conforta a minha decisão anterior. Eu não tenho condições de obstar qualquer movimento no sentido de que o grupo de vereadores, a totalidade da Câmara faça qualquer requerimento dirigido ao atual prefeito ou ao futuro prefeito. O que não posso é acolher um requerimento que pede, praticamente, a renovação de uma votação que se fez agora. Nesse sentido, desejando, Ver. Claudia, que V. Exa. tenha várias assinaturas de apoiamento à sua proposição; eu não tenho, com relação ao requerimento do Ver. Comassetto, e o faço sem nenhuma reclamação a respeito de sua posição, acho que foi bem fundamentada, mas não há condições regimental de poder atendê-la.
Sendo assim, com o maior respeito a todos os vereadores, e em especial aqueles que se manifestaram no dia de hoje, cumprimento a todos e encerro a presente sessão. Obrigado a todos e um bom final de dia e uma boa tarde.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h44min.)